



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681354 - SE (2021/0226927-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : NATHANA ALMEIDA CORTES
ADVOGADO : NATHANA ALMEIDA CORTES - SE012032
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : A F DE J
CORRÉU : R F B S
CORRÉU : E F B
CORRÉU : J F R
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de A. F. DE J. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE (*Habeas Corpus* n. 202100322651).

O paciente foi preso em flagrante e teve decretada a prisão preventiva pela suposta prática do crime capitulado no art. 218-B, § 2º, I, do Código Penal e encontra-se em prisão domiciliar com o uso de monitoramento eletrônico.

A impetrante sustenta a necessidade de retirada imediata do equipamento eletrônico, em razão do paciente estar acometido de dermatite, tendo em vista que o paciente também é portador de *Diabetes Mellitus*, o que atrapalha ainda mais a cicatrização e o tratamento.

Requer, liminarmente, que seja revogado tão somente o seu monitoramento eletrônico, mantendo-se incólumes as demais cautelares anteriormente decretadas. Supletivamente, roga pela concessão da ordem, ao menos em caráter temporário, para tratamento da bactéria que assola a porção distal do ora paciente. Pugna, ao final, pela intimação da advogada *in fine* para promover a sustentação oral em sessão a ser designada, sob pena de nulidade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento

pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente